



13
15/09/2020
PTM

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

AUTÓGRAFO NÚMERO 120/2020 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR NÚMERO 12/2020

Institui o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Araraquara 2020 e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Araraquara (REFIS) 2020, destinado a promover a regularização de créditos municipais de origem tributária ou não tributária, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, inclusive dos débitos de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), das taxas de poder de polícia administrativa lançados no exercício em curso e, ainda, com relação ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) lançado pelo contribuinte no sistema GISSONLINE sujeito à homologação, e do ISSQN devidamente constituído e inscrito em dívida ativa até a data da publicação desta lei complementar, ajuizados ou a ajuizar.

§ 1º O REFIS 2020 também se destina à regularização de créditos do Departamento Autônomo de Água e Esgotos de Araraquara (DAAE), de origem tributária ou não tributária, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, nos termos desta lei complementar.

§ 2º Exclusivamente no âmbito do REFIS 2020, os pagamentos dos tributos municipais abaixo especificados poderão ser realizados nas seguintes condições:

I – IPTU relativo ao exercício de 2020: pagamento integral e à vista de todas as parcelas remanescentes, com:

a) desconto de 5% (cinco por cento) sobre o valor principal total das parcelas vincendas;

b) desconto de 100% (cem por cento) sobre a correção monetária, sobre os juros de mora e sobre a multa incidentes nas parcelas em atraso na data da publicação desta lei complementar;

II – taxas de poder de polícia administrativa: pagamento integral e à vista de todas as parcelas remanescentes, com:

a) desconto de 20% (vinte por cento) sobre o valor principal das parcelas vincendas;

b) desconto de 100% (cem por cento) sobre a correção monetária, sobre os juros de mora e sobre a multa incidentes nas parcelas em atraso na data da publicação desta lei complementar; e

III – ISSQN relativo ao exercício de 2020, com desconto de 100% (cem por cento) sobre a correção monetária, sobre os juros de mora e sobre a multa incidentes nas parcelas em atraso na data da publicação desta lei complementar.

Art. 2º Os débitos já incluídos em parcelamentos concedidos com parcelas vincendas poderão ser incluídos no REFIS 2020 por meio de solicitação do interessado, mediante a rescisão do acordo anterior e a atualização do valor do débito, de acordo com os acréscimos previstos na Lei Complementar nº 17, de 1º de dezembro de 1997, desde que a forma de pagamento no REFIS 2020 seja o pagamento à vista.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

Página 1 de 2

Presidente



14
156/2020
PTD

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

Art. 3º O contribuinte ou responsável pelo crédito municipal que optar pelo ingresso no REFIS 2020 terá direito à exclusão de 100% (cem por cento) dos juros e da multa de mora incidentes sobre o valor principal da dívida para pagamento à vista.

Art. 4º O ingresso no REFIS 2020 será requerido em modelo próprio fornecido pela Prefeitura ou pelo DAAE, conforme o caso, mediante a apresentação de documentos e no prazo estabelecido em decreto do Poder Executivo.

Art. 5º O beneficiário do REFIS 2020 que optar pelo pagamento parcelado deverá assinar o termo de confissão de dívida e solicitação de parcelamento.

Parágrafo único. No caso de pessoa jurídica, também será celebrado o termo de assunção de responsabilidade solidária, devidamente acompanhado de autorização expressa para figurar no polo passivo de procedimentos de cobrança administrativa ou judicial, subscrito pelos sócios ou administradores da pessoa jurídica devedora.

Art. 6º A efetivação do ingresso no REFIS 2020 de créditos já ajuizados somente se efetivará após a verificação da presença de todos os requisitos exigidos no “caput” e no parágrafo único do art. 5º desta lei complementar, quando então será comunicado o fato à Subprocuradoria Geral Fiscal e Tributária da Prefeitura do Município ou à Procuradoria Geral do DAAE, conforme o caso, para que seja providenciado o que de direito na respectiva execução fiscal.

Art. 7º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

“PALACETE VEREADOR CARLOS ALBERTO MANÇO”, 17 de abril de 2020.


TENENTE SANTANA
Presidente